

Francisco de Sousa Coutinho: as missões diplomáticas aos Países Baixos (1643-1650) e a Roma (1655-1658)

Francisco de Sousa Coutinho: the missions to the Netherlands (1643-1650) and to Rome (1655-1658)

Luciano Cesar da Costa

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0030-2186>

Universidade de São Paulo

Thiago Groh

 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5459-7143>

Universidade Federal do Norte do Tocantis

Resumo: A aclamação de D. João IV em 1640 exigiu a rápida organização de um corpo diplomático para obter o reconhecimento externo da dinastia de Bragança e negociar a recuperação de territórios coloniais, principalmente o Nordeste do Brasil. Francisco de Sousa Coutinho, fiel servidor da Casa de Bragança, foi o primeiro diplomata de carreira de Portugal. Nomeado embaixador para a Suécia, logo nos primeiros meses de janeiro de 1641, Coutinho teve uma longa carreira como diplomata. Assim, procuramos pensar a atuação de Sousa Coutinho nas embaixadas de Haia, Países Baixos (entre 1643-1650) e de Roma, junto à Santa Sé (1655-1658), analisando não apenas o processo de negociação em que se envolveu nas duas embaixadas, mas também a formação da diplomacia portuguesa e a luta pelo reconhecimento da dinastia brigantina.

Palavras-chave: Francisco de Sousa Coutinho; Diplomacia; Embaixadas.

Abstract: The acclamation of D. John IV in 1640 demanded the rapid organization of a diplomatic corps to secure the external recognition of the House of Braganza dynasty and negotiate the recovery of colonial territories, primarily the Northeast of Brazil. Francisco de Sousa Coutinho, a faithful servant of the House of Braganza, was Portugal's first career diplomat. Appointed as ambassador to Sweden in the very first months of January 1641, Coutinho had a long career as a diplomat. This study examines Sousa Coutinho's performance in the embassies to The Hague (Netherlands, 1643–1650) and Rome (with the Holy See, 1655–1658). We analyze not only the negotiation processes he was involved in during both missions, but also the formation of Portuguese diplomacy and the struggle for the recognition of the Braganza dynasty.

Keywords: Francisco de Sousa Coutinho; Diplomacy; Embassies.

Introdução

As pessoas que invadiram o Paço da Ribeira na manhã do inverno de primeiro de dezembro de 1640 em Lisboa e aquelas que assistiram às movimentações sem nada saber até o corpo do secretário Miguel de Vasconcelos ser lançado pela janela do palácio, não poderiam imaginar os desdobramentos todos daquele evento, assim como sua longa duração



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

por quase três décadas, até o reconhecimento papal e espanhol da independência de Portugal.

A repercussão desta manhã, para além da longa duração temporal, também não se limitaria à Península Ibérica e a um conflito entre vizinhos. Elas foram muitas e mobilizaram não somente forças bélicas, mas também diplomáticas, para que então o conflito pudesse se dar por encerrado, ao menos no seu aspecto militar. A diplomacia é o fio condutor que apresentamos para pensar-se nas embaixadas de Francisco de Sousa Coutinho em diversas partes da Europa. Reconhecido pela historiografia como o primeiro diplomata de carreira de Portugal (PRESTAGE; AZEVEDO, 1920, p. 11)¹, em uma época em que tal ideia era improvável, Francisco de Sousa Coutinho foi não somente um homem de confiança de D. João IV desde os tempos em que servia na Casa de Bragança, como, depois da aclamação, tornou-se peça-chave e fundamental no jogo diplomático português, passando por diversas missões até finalmente chegar em Roma.

Pensar o desenvolvimento da diplomacia brigantina a partir, principalmente, das missões diplomáticas de Francisco de Sousa Coutinho a Haia e Roma, são os objetivos deste texto, que procura também pontuar algumas questões relevantes para o estudo da história da diplomacia moderna e da própria Restauração Portuguesa.

As primeiras missões diplomáticas

Francisco de Sousa Coutinho nasceu na Ilha de São Miguel, nos Açores, provavelmente no ano de 1597, filho de Gonçalo Vaz Coutinho, comendador de Santa Maria de Farinha Podre e Governador da Ilha de São Miguel, e de Dona Jerônima de Moraes, filha do tesoureiro mor do reino Sebastião de Moraes. Pelo lado paterno era sobrinho do frade dominicano Luiz de Souza, que se destacava como escritor e orador (MACHADO, 1933, p. 247-248).

Sousa Coutinho entrou para o serviço da Casa de Bragança em 1623, ocupando inicialmente a função de aposentado-mor, para depois ser enviado a Madrid, junto à corte de Filipe IV², como agente dos Bragança³, recebendo, no começo da década de 1630, a incumbência de obter um bom casamento para seu senhor, o então 8º Duque de Bragança, D. João. Operação que executou com sucesso ao negociar os laços matrimoniais entre o Duque e Dona Luísa de Gusmão, filha do 8º duque de Medina Sidónia D. Manuel Peres Gusmão, que naquele momento era uma das maiores casas nobiliárquicas da Espanha.

Na corte de Madrid, Sousa Coutinho também foi irmão da Mesa na Irmandade de Santo Antônio dos Portugueses da Corte no triênio de 1631-1633 (MACHADO, 1933, p. 247-248; VALADARES, 2006, p. 244) e se casou com Dona Maria de Águila. Ali, vivia com uma família de 20 pessoas e recebia 100\$000 réis para o sustento e manutenção da Casa

¹ Os dois autores usam a palavra “profissional”, mas, como procuraremos demonstrar ao longo do texto, e de modo mais consonante com a época, o mais adequado é dizer ou usar a ideia de carreira.

² Usamos aqui a nomenclatura espanhola para os reis Filipes de Portugal.

³ Desde os primeiros anos da União Ibérica, a Casa de Bragança procurou enviar missões ou representantes para Madrid, a fim de acompanhar processos de interesse da Casa Ducal, tal como receber e enviar informações. Cf. CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança: 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Editorial Estampa, 2000, p. 186.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

(CUNHA, 2000, p. 187). O retorno ao reino se deu em 1633, após o casamento de seu senhor com D. Luísa de Gusmão. Ele deixaria Portugal novamente no início de 1641 para a sua primeira missão diplomática à Suécia, retornando ao reino somente dois anos antes de falecer, já em 1660, sem receber qualquer honraria ou título nobiliárquico por conta de seus serviços, fato que deixa em aberto um vasto campo de especulações e análises, mas que não apaga a sua fidelidade em servir a Casa de Bragança tanto no governo de D. João IV como de seus sucessores.

A vida de Francisco de Sousa Coutinho, tal como a história de Portugal, mudou com os acontecimentos da manhã de 1º de dezembro de 1640 e com a aclamação de D. João como rei. O rompimento unilateral com a Espanha faz de Portugal um reino rebelde, o que obrigou a nova dinastia a rapidamente organizar um corpo diplomático e estabelecer uma estratégia em torno de duas questões: o reconhecimento externo do monarca e a recuperação do Nordeste do Brasil⁴, que estava sob o domínio dos Países Baixos. Para além dessas questões havia também os conflitos na Ásia e a retomada de Angola, onde as disputas limitaram-se ao campo militar, com uma derrota e uma vitória para Portugal nos respectivos territórios⁵

No campo diplomático, a formação de um corpo de agentes, logo nos primeiros momentos da Restauração, era fundamental para o sucesso da monarquia bragantina. Assim, logo no começo de janeiro de 1641, as primeiras missões diplomáticas partiram de Lisboa para França, Inglaterra e Suécia. Posteriormente, seriam estabelecidas missões nos Países Baixos e em Roma, junto à Santa Sé (esta última, uma missão quase clandestina por sua natureza e condição). A França era considerada pelos portugueses um posto-chave para o sucesso da empreitada diplomática europeia e, conseqüentemente, para o reconhecimento da dinastia brigantina; por isso, desde os primeiros momentos, D. João IV não mediu esforços para manter ali uma representação capaz de obter a aliança político-militar com os franceses. A Inglaterra, envolvida em disputas com os Países Baixos, apesar dos ventos revolucionários, mostrava-se estratégica na disputa europeia com os holandeses e para a formação de uma aliança. Na Suécia, a questão do comércio de cobre, como recentemente demonstrou Stuart Schwartz (2024), tornava fundamental a presença portuguesa. Já nos Países Baixos, a questão central era a recuperação do Nordeste do Brasil, ocupado desde meados da década de 1620.

No tocante aos critérios de formação do corpo diplomático, principalmente na primeira década da Restauração, a disposição de se ausentar do reino por longo período e possuir uma boa renda para poder se manter no estrangeiro eram questões primordiais, que antecedem a formação acadêmica do enviado, dado o momento econômico e político do reino português. Outro ponto era a questão da fidelidade ao Rei e a participação no movimento da Restauração, como fica evidente nas escolhas dos nobres para assumirem as embaixadas,

⁴ Utilizamos aqui os termos Nordeste ou Nordeste do Brasil para nos referirmos às capitanias da Bahia de Todos os Santos, Pernambuco, Itamaracá, Rio Grande e Ceará. Ainda que esses termos sejam anacrônicos para o período, são amplamente utilizados pela historiografia.

⁵ No debate diplomático, a questão da Ásia e mesmo da África, principalmente nas negociações com os Países Baixos, são ignoradas. A questão africana apenas aparece após a invasão de Angola pelos Países Baixos. Cf. MELO, Evaldo Cabral. O negócio do Brasil: os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

com a exceção de Francisco de Sousa Coutinho, fiel servidor da Casa de Bragança e homem de grande confiança do monarca. Por fim, era aconselhável pensar também na personalidade do futuro diplomata, o temperamento, a habilidade de negociação, enfim, elementos que fossem adequados à missão e à função (MONTEIRO; CARDIM; CUNHA, 2005). Nesse sentido, principalmente na segunda metade do século XVII, quando a diplomacia se torna mais especializada, surgem os conhecidos “espelhos de embaixador”, que eram como manuais de orientação para o “bom” serviço de um embaixador no estrangeiro. Um dos mais importantes deste gênero foi *El Enbaxador, de Vera y Figueroa*⁶.

Não obstante, também se considerava a capacidade de negociação daquele que seria enviado em nome do rei para a missão diplomática. Nesse aspecto, o conhecimento jurídico era primordial para que os acordos pudessem ser bem costurados e garantir os interesses das duas partes. Contudo, na prática, a escolha, ao menos nos primeiros anos da Restauração, acabava ocorrendo pela disponibilidade do candidato. Para exemplificar, podemos pensar nas primeiras nomeações para a embaixada nos Países Baixos: a princípio o escolhido foi Tristão de Mendonça Furtado, um nobre, homem de armas, que pouca ou nenhuma habilidade tinha para a negociação diplomática, porém, um dos apoiadores de primeira hora da Restauração (MELO, 1995, p. 95). Furtado, apesar da falta de habilidade política, rapidamente consegue um acordo com os Países Baixos. Um acordo que, mesmo com as incontáveis ressalvas, sobretudo por não definir uma paz duradoura e deixar muitos pontos vagos, acabou guiando a relação dos dois países até a paz final, mas que não foi suficiente para manter o diplomata no cargo.

Já em 1642 foi o então embaixador substituído por Francisco de Andrade Leitão, jurista, que deveria rever o acordo firmado no ano anterior e indicar a D. João IV qual era de fato o interesse dos Países Baixos, principalmente na questão dos territórios invadidos. Uma jogada para tentar desnudar o inimigo e conhecer suas reais intenções, algo ousado no jogo diplomático e, em certo ponto, pueril da parte dos portugueses, à medida em que as ambiguidades e nuances faziam parte do processo de negociação. Portugal demorou a compreender a lógica mercantil dos Países Baixos, na qual, no fim das contas, tudo era tratado como um negócio comercial. Leitão pouco conseguiu em sua missão diplomática (MELO, 2003, p. 44-45). Para D. João IV, ficou evidente que a questão exigia um diplomata experiente, habilidoso no jogo das negociações, e Francisco de Sousa Coutinho parte para os Países Baixos.

Nesse sentido, a figura de Sousa Coutinho se diferenciava muito de seus colegas, pois provavelmente não tinha formação acadêmica, mas era considerado um homem erudito que sabia latim e francês. É também conhecido por ser prudente e habilidoso na articulação das negociações. João Lúcio de Azevedo e Edgar Prestage são generosos ao descreverem as qualidades de Coutinho, cuja principal e mais determinante de todas era ser um fiel servidor da Casa de Bragança, sujeito de confiança do rei D. João IV, o que foi fundamental para ser logo chamado para o serviço diplomático e, provavelmente, para sua longa carreira de

⁶ Em Portugal, o primeiro manual foi de Antônio da Silva e Sousa, *Instrucçam Política de Legados*, publicado em 1656. Cf. COSTA, Luciano Cesar da. *Espelhos de Embaixador: um comparativo ibérico, Vera y Figueroa e Silva e Sousa*. *Revista de História*, São Paulo, n. 184, p. 1-29, 2025. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2025.229398.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

serviços na diplomacia. Fernanda Castro destaca que Sousa Coutinho era um conhecedor de seu ofício, dos limites e das liberdades (CASTRO, 2022, p. 59-60).

A primeira missão de Sousa Coutinho foi à Dinamarca, em março de 1641, instalando-se em Copenhague, onde foi recebido com honras e cordialidade, mas sem receber do rei dinamarquês o reconhecimento oficial da embaixada, questão essa que marcaria toda a missão diplomática portuguesa. O não reconhecimento oficial, apesar de toda a recepção e dos banquetes luxuosos, como aponta Stuart Schwartz, se deu pela ambição dinamarquesa de mediar a paz na Europa e pelos interesses comerciais junto à Espanha, onde mantinham uma embaixada. Sousa Coutinho nada conseguiu ali e rapidamente partiu para a Suécia. Os suecos receberam a delegação portuguesa com toda pompa e circunstância que se devia dar à entrada de um corpo diplomático no país. Movidos pelos interesses políticos na aliança com a França e os Países Baixos, para enfraquecer os espanhóis, concederam a Francisco de Sousa Coutinho o melhor ambiente possível e seu primeiro sucesso diplomático com a assinatura de um tratado em julho de 1641 (SCHWARTZ, 2024).

O tratado garantia uma relação de livre comércio entre os dois países: os suecos tinham interesses no sal português, e os lusos, nas armas, madeiras e mastros que o país nórdico poderia oferecer. No fundo, revela-se aqui uma questão importante para o sucesso português: o sal de Setúbal. Virgínia Rau (1984), em diversos momentos de sua obra, mostra a importância desse produto para Portugal, sobretudo durante a Restauração. A diplomacia do sal seria fundamental nas negociações e acordos portugueses. O sucesso da missão na Suécia foi a credencial necessária para Sousa Coutinho assumir a embaixada em Haia, nos Países Baixos, de acordo com Schwartz (2024).

A nova embaixada era um desafio novo e complicado para Sousa Coutinho: como já indicamos anteriormente, era preciso rever o tratado de trégua e obter a paz definitiva, além da retomada dos territórios ocupados, Nordeste do Brasil e Angola. Seu envio para os Países Baixos era, sem dúvida, fruto da confiança que o monarca tinha em sua capacidade de negociação. Apesar disso, o rei mantém em segredo diversas informações sobre a guerra em Pernambuco. Como aponta Evaldo Cabral de Melo, “o rei que quer enganar deve começar por enganar seu embaixador” (MELO, 2003, p. 46).

O embaixador trazia consigo a autorização do rei para propor a compra do Nordeste do Brasil, além de dinheiro para oferecer ao Príncipe de Orange, em troca do apoio à entrada de Portugal em um acordo geral de paz: 200.000 cruzados e outros 400.000, para conseguir apoio na causa pela devolução das praças, principalmente do Brasil (PRESTAGE, 1928, p. 212). Os subornos tornam-se, nesse período, uma prática corriqueira na diplomacia moderna e que se encaixam com a própria atuação dos oficiais do Antigo Regime (cf. ROMEIRO, 2017; 2023).

Francisco de Sousa Coutinho é o embaixador português mais longo nos Países Baixos durante o período da Restauração, deixando apenas em 1650 o posto. A embaixada de Sousa Coutinho no país nórdico é marcada pela guerra de papéis que se travou em paralelo às negociações diplomáticas para conquistar apoio para a causa portuguesa ou contra essa. Enquanto embaixador nos Países Baixos, apoiou amplamente essa guerra de



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

papéis e colaborou com um manifesto para reivindicar a liberdade de D. Duarte⁷ e certamente ajudou a financiar e divulgar outros. Os panfletos também eram utilizados para divulgação dos grandes feitos das nações e para pressionar os soberanos ou as assembleias, como é o caso mais específico dos Países Baixos (BOUZA, s/d).

Acusações corriam soltas dos dois lados, com a guerra de panfletos acirrando ainda mais os ânimos. Ao longo do ano de 1644, o embaixador também procura se aproximar do Príncipe de Orange e de alguns Estados das Províncias Unidas⁸, procurando buscar apoio na causa contra a renovação das concessões da VOC (*Vereenigde Oost-Indische Compagnie* ou Companhia das Índias Orientais), na medida em que essa nunca observou a trégua no Oriente. Tal ação buscava despertar a celeuma que existia entre a Companhia e os Estados pela divisão dos lucros, pois a empresa não queria dividi-los com as Províncias (BOUZA, s/d, p. 213-214).

Outro ponto da embaixada de Sousa Coutinho foi a relação com a Assembleia dos Estados Gerais, que era a ponta final do complexo sistema de governo das Províncias Unidas – um complexo sistema que custou caro aos portugueses, que demoraram para compreendê-lo, sempre amistosa, mas marcada por certa lentidão provocada principalmente pela província de Holanda, que era a maior e mais importante dentre as províncias que compunham a República (cf. PRESTAGE; AZEVEDO, 1920).

Logo em sua chegada, o novo embaixador português se viu com problemas com seu antecessor, Andrade Leitão, que temia ir para o Congresso de Münster e adiou o máximo que pôde sua partida (PRESTAGE, 1928, p. 212), esperando melhores condições de segurança para partir. Porém, nos parece que o problema real era mesmo seu temperamento e arrogância, que o impedia de ser o representante português no congresso sem ter voz ativa, sem ter seu reconhecimento diplomático como plenipotenciário. Para Leitão, ser um agregado na comitiva dos Países Baixos ou da França era uma grande afronta (CARDIM, 1998, p. 107-108).

Contudo, o período mais agitado dessa missão foi entre os anos de 1646 e 1648, quando o padre Antônio Vieira, jesuíta e homem de extrema confiança do rei, passou pela embaixada em Haia. Vieira, que oficialmente não tinha nenhuma missão para além da compra de navios e armas para a guerra contra os Países Baixos no Brasil, atuou como um embaixador oculto, com poderes, de certa maneira, até maiores que um plenipotenciário, pois D. João IV havia concedido a ele autorização para negociar livremente com os Países Baixos, inclusive para entregar o Nordeste do Brasil se esse fosse o preço a se pagar pela paz

⁷ D. Duarte de Bragança, irmão mais novo de D. João IV. Era o segundo na linha de sucessão da casa ducal de Bragança até o nascimento do primogênito de seu irmão, D. Teodósio. Em 1634, resolveu deixar o paço ducal para se aventurar pela Europa. Com o golpe da Restauração, foi preso em Ratisbona a pedido de Filipe IV, rei da Espanha. Cf. ALMEIDA, Gustavo Kelly. Herói em processo: escrita e diplomacia sobre D. Duarte de Bragança. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

⁸ República das Províncias Unidas dos Países Baixos era o nome oficial dos Países Baixos, formados por 7 Províncias (Estados) independentes, que na teoria se estabeleciam como uma, mas na prática funcionavam como federação. Assim, Holanda, Zelândia, Utrecht, Gueldres, Overijssel, Frísia e Groninga eram os Estados que compunham as Províncias Unidas. Cf. MELO, Evaldo Cabral. O negócio do Brasil. Op. cit., p. 44-45.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

definitiva. O tempo que Vieira passou em Amsterdã ao lado de Sousa Coutinho certamente foi o mais intenso de todo o período que passou nos Países Baixos.

O ano de 1648 foi decisivo para Portugal no processo de Restauração e para as pretensões políticas na Europa e no além-mar. A aproximação do final do Congresso de Vestfália⁹ obrigava a diplomacia brigantina a se esforçar para conseguir, ao menos, que os enviados de D. João IV fossem recebidos – mesmo que junto de outra ou outras representações políticas e sem o direito a voz ativa. Ao mesmo tempo, havia a preocupação com um possível acordo de paz entre os Países Baixos e a Espanha. Por outro lado, o avanço da Insurreição Pernambucana, que a essa altura pode-se dizer já era vitoriosa, tornava ainda mais lentas as negociações com os Países Baixos.

Dentro desse contexto, Sousa Coutinho e o padre Antônio Vieira tentam uma última jogada, um pouco desesperada e desconectada da realidade – sobretudo no Brasil – propondo aos holandeses a entrega de Pernambuco e o pagamento de indenização à *West-Indische Compagnie* (WIC ou Companhia das Índias Ocidentais). Para os dois diplomatas, era o momento certo de obter a paz definitiva com os Países Baixos e a diplomacia voltar-se unicamente para a obtenção do reconhecimento da dinastia brigantina como legítima, aproveitando Vestfália.

Com esse espírito, o jesuíta Antônio Vieira escreve o ousado *Papel Forte*, defendendo a entrega do Nordeste do Brasil. A ousadia do texto, porém, se perde toda quando o mesmo é confrontado com a realidade e, assim, o chamado grupo dos *valentões*, membros do Conselho Real que apoiavam a Insurreição Pernambucana e a guerra contra os Países Baixos, ganha força e passa a nomear Vieira e Coutinho como os *Judas do Brasil*. Era a derrota total do projeto defendido pelos dois embaixadores. E dessa forma a historiografia, de modo geral, passaria a marcar a missão diplomática de Sousa Coutinho nos Países Baixos como fracassada, derrotada.

Porém, precisamos pontuar os méritos do diplomata e do jesuíta. Se ao acaso ou não, talvez isso seja impossível de se afirmar, mas o certo é que todo o trabalho deles acabou colaborando para atrasar qualquer tentativa militar dos Países Baixos de recuperar Pernambuco, e quando isso aconteceu, em 1648, com o envio da armada do almirante Witte de With, ao partir, essa ficou presa em uma tempestade que retardou ainda mais sua chegada a Recife (MELO, 2003, p. 105). Sousa Coutinho permaneceu em Haia até 1651, quando passou para a embaixada em Paris, mas aí em outro contexto político e diplomático, pós-Vestfália.

A cidade eterna: a última missão de Francisco de Sousa Coutinho

Francisco de Sousa Coutinho, depois de quase 4 anos em Paris, onde quase conseguiu estabelecer a sonhada aliança com os franceses, passou a Roma logo nos

⁹ O Congresso de Vestfália é o nome que se dá a uma série de tratados e acordos de paz firmados pelas nações europeias no ano de 1648, que se reuniram nas cidades de Münster (católicos) e Osnabrück (protestantes). Cf. FÁRIA, Ana Leal. *Arquitectos da Paz: diplomacia portuguesa de 1640-1825*. Lisboa: Tribuna da História, 2008.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

primeiros meses do ano de 1655, com a difícil missão de conseguir ser recebido pelo papa e obter o reconhecimento da dinastia brigantina.

Apesar da idade avançada, aceitou a missão certo da vasta experiência acumulada em seus anos de serviço. Sousa Coutinho entrou em Roma em 20 de novembro de 1655, quando ocupava o papado Alexandre VII, eleito em abril do mesmo ano após a morte, em janeiro, do papa Inocêncio X. O novo papa havia servido como diplomata em Vestfália, como representante do papado; o então embaixador da Igreja sofreu com as ordens rígidas para não fazer concessões aos protestantes, para além da pressão francesa pouco simpática às posições romanas (BARRIO; PARADE; RAMOS-LISSON; SOARES, 2005, p. 358).

Acreditamos que, provavelmente, a experiência diplomática do novo papa deve ter sido compreendida pelos portugueses como uma possibilidade de mudança nas negociações e na relação diplomática; porém, a situação em nada mudou, com uma única exceção: Francisco de Sousa Coutinho conseguiu ser recebido, ainda que em privado, pelo pontífice. O encontro é detalhado pelo diplomata português em memorial onde demonstra todo seu esforço para convencer Alexandre VII da causa portuguesa e da importância de se reconhecer a dinastia brigantina dentro do conflito franco-espanhol (CORPO DIPLOMÁTICO, 1862, v. 13, p. 223-228).

Depois das embaixadas quase clandestinas ou ocultas – pois, até então, os religiosos enviados como representantes de Portugal tinham sido recebidos apenas como religiosos, na condição de privados, e não como representantes do rei – a presença de Sousa Coutinho significou um reforço no empenho português de obter o reconhecimento papal, para além da solução do problema da nomeação dos bispos, que com a Restauração deixaram de ser confirmados pelo Papa os indicados por D. João IV para as dioceses vacantes no reino (Cf. PAIVA, 2006, p. 61-65). Passado Vestfália e com o jogo político europeu configurando-se de modo mais claro, era necessário a Portugal reorganizar-se na Europa, à medida que, a essa altura, as questões militares no além-mar já estavam praticamente resolvidas.

A estada de Sousa Coutinho em Roma foi, provavelmente, a mais conflituosa do diplomata; também, pelas cartas, parece que foi o período de maiores dificuldades financeiras. As reclamações mostram-se de forma sistemática e corrente, como na carta ao marquês de Gouveia sobre os gastos que tem: “o que se havia de fazer com os embaixadores que houverem de pedir tão pouco.” (PT/TT/CPOV/L03) Esse documento é um conjunto diverso de cartas, de tal forma que não possui um título único. Em outra carta do mesmo ano, endereçada a Antônio de Sousa de Macedo, descreve sua situação de desespero quando estava de passagem pela França: “Estou tal que não sei que há de ser de mim, que da melhor forma de morrer de fome na minha quinta que vir padecer afronta na França.” (PT/TT/CPOV/L03)

Dessa maneira, as cartas servem para que os historiadores possam perceber comportamentos políticos mais gerais das cortes na Europa, mas não apenas isso. Boa parte do conhecimento prático dos ministros portugueses era conhecida por seus congêneres, que deixavam relatos e cartas. O próprio Francisco de Sousa Coutinho admite, em carta de 1655, que foi apenas sua experiência cosmopolita ao passar por diversas cortes na Europa que permitiu sua sobrevivência em Roma (CARDIM, 2005, p. 103).

As cartas apresentariam, ainda, uma outra relevância: informar sobre as “coisas” do reino, ao mesmo tempo em que permitiam aos ministros portugueses realizarem uma verdadeira propaganda ao narrar os sucessos da Restauração. Como parece lícito supor,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

muitos escritos de agentes diplomáticos circularam para além dos destinatários originais; um dos gêneros textuais mais comuns eram as “memórias diplomáticas”, escritas por esses mesmos agentes.

Por fim, informavam o que ocorria em casa, facilitando, assim, aos enviados portugueses desmentirem as informações falsas espalhadas por seus inimigos. Como se percebe, espalhar notícias falsas não é uma exclusividade do mundo contemporâneo, uma vez que também no mundo moderno elas existiam para o caso romano. As “mentiras” dos espanhóis envolviam inclusive a própria vida do rei português.

Dessa forma, a documentação epistolar, mais do que resolver questões específicas de cada embaixada, faculta aos atuais leitores permear o jogo mais amplo das relações diplomáticas e, também, o intenso aparato propagandístico de Portugal e de sua grande oponente, a Espanha. Note-se, nesse evento, que a guerra física foi seguida também por uma guerra de papel. O objetivo de cada um dos lados é produzir escritos, memórias e relatos que enfatizem a legitimidade da sua própria monarquia em detrimento de seus opositores. Em síntese, como escreveria Francisco Coutinho, “pelejando com as línguas e com as penas.”¹⁰

Enquanto a diplomacia portuguesa se esforçava para produzir escritos que legitimassem a posição da nova dinastia Bragança, em Roma, também, eram produzidos memoriais contrários, como descreve Coutinho em suas cartas. Em síntese, o memorial – escrito pelos castelhanos em Roma – acusa o rei português de cinco condutas inadequadas: expulsar o nuncio; pegar as rendas das igrejas vacantes; prender bispos; não cumprir a bula papal que nomeava três bispos por *motu próprio* e, é claro, violar o juramento feito ao rei católico. (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 342) Curiosamente, porém, Coutinho adverte que um papel como esse “não merecia resposta”, justificando apenas a prisão dos bispos, que eram “vassalos rebeldes” que o rei poderia assim castigá-los. Agora, o discurso da “rebeldia” que antes atacava o rei português era revertido para justificar a prisão dos bispos (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 343).

Visando contrapor a atuação diplomática castelhana em Roma, recorre-se, por fim, a um último expediente: enviar um novo embaixador a Roma, Francisco de Sousa Coutinho. Como vimos nas páginas anteriores, Sousa Coutinho era o mais experiente diplomata de carreira da Restauração Portuguesa, enviado para a Holanda, França e, finalmente, para Roma. Experiente, escreve longas epístolas, tratando das mais diversas questões, inclusive o reconhecimento dos bispados. E, tal como o Bispo de Lamego (D. Miguel de Portugal) e o Padre Nicolão Monteiro – outros enviados portugueses em Roma –, escreve um denso memorial que, diferentemente dos demais, colhe alguns frutos. O embaixador relata ao rei, em carta de 1656, que o Papa o tinha mandado dizer que “o meu negócio não estava esquecido, e assegurava-me que se tratava dele.” (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 303) O que de fato ocorreu, pois, segundo Coutinho descreve, o pontífice tinha a formação de uma junta de cardeais “independentes” para julgar o caso dos bispados, entre eles estavam os cardeais Sachette, Franciote e Corrado. (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 303) Esse momento é marcado por grande otimismo do diplomata, não apenas na questão dos bispados, mas no seu recebimento como embaixador. Primeiramente, sugerindo que “toda Roma dá por

¹⁰ Francisco Coutinho escreve essa passagem ao analisar o entrave entre os agentes portugueses e castelhanos nas ruas de Roma. Cf. Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 342 e seguintes.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

horas o meu recebimento.” E aposta dinheiro na confirmação: “e cometeu uma aposta a um criado meu, que eu lhe mandei aceitar por minha conta, qual é dar a ele um escudo a cada dia enquanto eu não for recebido, com tanto que no dia que recebido se lhe darão 100 escudos.” (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 304)

Logo, também, começa a aparecer um novo nome, o do Cardeal Ursino (Orsini), que acaba por se tornar a mais viável opção portuguesa entre os membros do Colégio de Cardeais. Antes, outras possibilidades foram aventadas, como o Cardeal Paloto, que ocuparia a função de vice-protetor. O próprio Cardeal Ursino tem sua candidatura questionada em diversos momentos, por ter ligações com a Polônia (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 133). Ademais, como o próprio Ursino admite, havia a possibilidade de que Bichy fosse nomeado, conforme escreve Coutinho: “que chegou a dizer ao Papa que tratava de lhe tirar a protetória para dar a Bichy¹¹.” (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 402) Mais uma vez, a questão do cardeal protetor é preterida em relação ao reconhecimento dos bispados, ao mesmo tempo em que a disputa entre cardeais pelo cargo não deixa de indicar que a coroa portuguesa já detinha certo prestígio dentro da Cúria.

Entretanto, em carta do marquês de Niza para o Padre Nuno da Cunha, que se mostra satisfeito pela proximidade com os Ursinos, recomenda, ainda, que o rei procure logo fazer esse reconhecimento formal. (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 155) Ainda assim, novamente, o rei procura adiar uma decisão definitiva.

Depois de quase doze anos da Restauração, surge o nome do primeiro cardeal protetor português, o Cardeal Ursino. A rainha regente, D. Luísa de Gusmão, em carta, firma o compromisso: “Não é pequena prova de vosso valor aceitardes a proteção destes reinos, quando suas coisas estão tão mal vistas nesta cúria; mas por isto é maior a obrigação em que nos pondeis ao rei meu senhor e a mim.” (Corpo Diplomático, 1862, v. 12, p. 202-203) Em seguida à carta da rainha, vem outra assinada pelo embaixador português em Roma, Sousa Coutinho, também reconhecendo a ajuda do cardeal.

Apesar disso, não podemos deixar de questionar a eficácia desse escolhido. Conforme falaremos adiante, Ursino entrou em inúmeros embates com o embaixador português em Roma e tinha, em muitas situações, posturas ambíguas. Sua dualidade era tão evidente que o próprio Papa admoesta o cardeal sobre sua proteção a Portugal:

E ainda mal porque já se vai vendo que indo o cardeal Ursino ao Papa para pedir-lhe a audiência para Carrilho (agente português) para pagar-lhes parte dos seus escusadíssimos e perdidíssimos presentes, lhe respondeu o Papa, deixando-o envergonhado: Monsenhor, de onde vos toca por ofício meterdes-vos nos negócios de Portugal, ou pedir audiências? E respondendo ele que como co-protetor de França, lhe responde que França era França, e Portugal, Portugal, e que já dissera ao Marquês de Fontané, que cada um tratasse os seus negócios e não os alheios. (Corpo Diplomático, 1862, v. 12, p. 422)

Nesse relato escrito por D. Vicente Nogueira, podemos perceber que o Papa agiria limitando a rede de apoio portuguesa, pois excluiria tanto o cardeal-protetor quanto o embaixador francês que estava ao lado dos portugueses. Ante essa situação, vemos que a

¹¹ Bichy ou Bichi era outro cardeal influente na Cúria; durante muitos momentos, se aproximou do partido francês. Os franceses eram, naturalmente, aliados dos portugueses contra os castelhanos. Dessa maneira, o apoio do cardeal Bichy à causa portuguesa já era esperado.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

eficácia da diplomacia portuguesa em Roma estava em xeque e que havia um longo caminho a ser percorrido.

Por fim, Francisco de Sousa Coutinho também faz críticas mais enfáticas às questões monetárias. Essa é uma das colocações mais correntes dos agentes portugueses em Roma. Escreve o embaixador ao rei:

Ao secretário Pedro Vieira da Silva tenho dado conta do estado em que achei em Roma, e a clareza dela, e do que precisamente é necessário a um embaixador de vossa majestade para que não iguale aos mais luzidos, e não fique inferior aos príncipes menores. Isto, senhor, não é vaidade, o costume o tem feito obrigação tão precisa que faltar a ela seria uma vergonha insuportável. (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 258)

Note-se, na argumentação de Coutinho, a moderação nos gastos com a embaixada, confirma assim: “e não esperam pouco desse miserável embaixador, que Vossa Majestade tirou ao Teatro do Mundo, o fez conhecido, e lhe deu nele bastante reputação.” (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 259) E, em face a tudo isso, solicita uma mesada de 2 mil cruzados. O elemento diferencial do pedido de Sousa Coutinho é o uso de uma retórica cerimonial, na qual justifica os gastos da embaixada com o fato de ter sido recebido pelo Papa, ainda que privadamente.

As cartas de Coutinho são ainda mais elucidativas em outros momentos, sobretudo quando endereçadas a outros oficiais. Ao escrever a colegas diplomatas, Coutinho não se preocupava com as formalidades e falava mais abertamente sobre seus problemas financeiros. Em uma carta endereçada ao embaixador Antônio de Sousa de Macedo, reclama sobre os gastos do Conde da Vidigueira – futuro Marquês de Niza – que, apesar de estar sete anos em Paris gastando muito dinheiro, tais gastos tinham “compensado pouco”. (PT/TT/CPOV/L02) Mas a delicada situação financeira aparece, ainda, quando justifica o atraso no pagamento do empréstimo que tinha contraído com Sousa de Macedo: “estou tal que não sei que há de ser de mim, que da melhor forma de morrer de fome na minha vir padecer afrontas na França.” (PT/TT/CPOV/L02) Vale ressaltar, porém, que a carta é datada de 8 de fevereiro de 1658, momento em que Coutinho já era embaixador em Roma, e não na França. Mas o relato deixa mais notórias as dificuldades materiais do embaixador, quando afirma não saber se continuará a poder escrever, porque tinha “apenas cinco folhas por dia.” (PT/TT/CPOV/L02)

Em Roma, Coutinho chega a solicitar que um benefício fosse concedido pelo Papa (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 296), o que denota, mais uma vez, a ousadia do embaixador luso. O benefício é anunciado, mas o Cardeal Datário, responsável pela administração financeira da Sé, propõe que o dito benefício fosse compartilhado entre Coutinho e outros oficiais, o que, evidentemente, causa a indignação de Coutinho. O Cardeal Datário responde em tom ácido, anunciando que Coutinho “quisesse ter respeito a muitos cortesãos e muitos anos de Roma.” (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 207) Inicialmente, o embaixador recusa aceitar a divisão, mas muda de opinião, admitindo a divisão, desde que por escrito pelo próprio Papa, o que naturalmente não acontece. Desse momento em diante, Coutinho encontraria diversas vezes com o Datário, que se esquivava do assunto, não tendo, por fim, recebido as rendas que desejava. (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 207) Mais tarde, o embaixador não deixaria de fazer suas críticas sempre ácidas também contra o Datário: “o



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

datário, se não é barbeiro, não teve melhor ofício seu pai.” (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 414)

Cabe lembrar que nem sempre as remunerações limitavam-se aos portugueses natos; por diversas vezes, outros interlocutores também solicitam ordenados e mercês. Os diversos religiosos em Roma também pleiteavam o reconhecimento da coroa, e sua correspondente remuneração. Repetidamente, o realismo de Francisco Coutinho manifesta essa questão:

A corte de Roma é a de eclesiásticos cercados todos desde o seu nascimento, para aquele ministério com o qual crescem, e se fazem homens sem outro fim mais que o de caminhar aquela via alta e lograrem os benefícios, não havendo nenhum entre todos de qualquer qualidade que seja que não cuide que onde amanhecer um dia Cardeal, o que pouco tempo andando Papa. (PT/TT/CPOV/L03, página do volume: 11)

Novamente, o Cardeal Ursino protagoniza eventos na cúria, já que, uma vez reconhecido cardeal-protetor, passa a demandar gratificações, como se percebe na carta de D. Pedro II para o embaixador em Roma, escrita em 1669:

Mandei considerar com muita particular atenção o que escreves sobre a [pretensão] que tem o cardeal Ursino, de que ao duque de [Breedano], seu sobrinho, dê a mão oposta e a cadeira, e com grande desejo de fazer ao Cardeal, e a sua casa, aquela honra. (PT/TT/MSLIV/0171, páginas do volume: 509-510)

Em outra carta, também cobra o pagamento da pensão que havia sido prometida antes pelo rei D. Afonso VI.¹² Assim, documentos históricos distintos marcam a forte determinação do cardeal para ser pago por seus serviços de proteção.

Na verdade, conforme depreendemos dos espelhos de embaixadores, era essencial para a diplomacia em Roma saber presentear os diversos atores sociais romanos, inclusive os cardeais nepotes, como se percebe na resposta do Príncipe Regente a seu embaixador em Roma¹³: “Também me escreveis, que o presente, se deveis enviar ao sobrinho do papa, me conformei com estilo que se usa em Castela, como vereis do mesmo papel.” (PT/TT/MSLIV/0171, páginas do volume: 509-510) O trecho é ilustrativo da importância de dar presentes, mas, também, da referência à diplomacia espanhola; sempre usavam como espelho para a diplomacia portuguesa, como observamos com os espelhos do embaixador que mencionamos antes.

Apesar das rendas para estrangeiros e diversos oficiais, o monarca não deixava de restringir as gratificações para estrangeiros, até mesmo nos cargos eclesiásticos, visando sempre proteger a “nação” portuguesa em Roma, fazendo, inclusive, essa expressa recomendação ao embaixador:

encomendava-vos muito procureis que Sua Santidade faça esses [providimentos] nos Portugueses mais beremeritos, aqui do que nessa Cúria [procedendo] como do que se ai hão em Portugal, e em nenhuma forma em

¹² Com o decorrer da pesquisa, localizei na Biblioteca Nacional de Portugal um manuscrito redigido pelo cardeal Ursino em que reclama sobre o não pagamento das rendas prometidas por D. Afonso VI, rei português. Cf. Parecer sobre um requerimento do Cardeal Virgínio Orsini dirigido ao regente D. Pedro II para lhe serem pagos os ordenados vencidos como protetor de Portugal em Roma, [manuscrito], 1669. Biblioteca Nacional de Portugal. Cota F. R. 985.

¹³ Não se tem certeza sobre o destinatário da carta do Príncipe Regente. Mas, depois de Coutinho, o embaixador residente em Roma era D. Francisco de Sousa, Conde do Prado, mais tarde Marquês de Minas.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Estrangeiros, e cristãos novos, pelos danos e prejuízos que disso se segue, dando contra o Serviço de Deus. (PT/TT/MSLIV/0171, páginas do volume: 513)

Ou seja, o embaixador deveria garantir a maior parte dos benefícios eclesiásticos para portugueses natos, excluindo também os cristãos novos. Vale ressaltar, também, que a dificuldade financeira do reino pesava na restrição a novas pensões. Em certa ocasião, Coutinho solicitava ao Secretário de Estado Pedro Vieira uma pensão para um dos cardeais romanos, recebendo como resposta que “o reino não estava em condições de fazer presentes”. (PT/TT/CPOV/L03, página do volume: 38-39)

Assim, as remunerações marcaram não apenas a situação financeira do reino, mas a possibilidade de atrair para sua atuação diplomática oficiais estrangeiros, garantindo, assim, o bom sucesso da missão diplomática, como conclui Coutinho em uma de suas cartas ao rei:

o que devemos mostrar o contrário, que temos forças para ofender os inimigos, e poder com que gratificar os amigos quando convenha. Convém hoje muito que isso se creia, porque como passaram sessenta anos sem se saber em Roma que havia Portugal no mundo. (PT/TT/CPOV/L03)

E, novamente, Francisco de Sousa Coutinho é o personagem principal de um desses conflitos. Como sabemos, em Roma, os inquisidores foram um corpo político fundamental e, portanto, capazes de atravancar negociações diplomáticas. Curiosamente, o próprio Coutinho denuncia essa aproximação política entre o papado e a Inquisição: “o que eu digo é que se veja muito bem o como se faz, porque há de ser com afeto e não com ameaças, porque o Papa sabe muito, ou pelo menos cuida que há de ter a Inquisição a seu favor.” (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 327)

O vasto conhecimento teórico do embaixador não teria, porém, aplicação prática, já que ele entraria em choque com “quatro padres” da Inquisição, pois estes teriam afirmado que qualquer investimento em dinheiro na causa portuguesa era perda de tempo.¹⁴ Afirmaria ainda, mais tarde, que não tinha nada contra o Tribunal, pois o considerava sagrado, mas contra os inquisidores. (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 454) Vale lembrar que Coutinho advertia, ainda, que muitos religiosos da Inquisição passavam cartas para Castela.¹⁵

A oposição entre os religiosos e Coutinho era tão emblemática que alguns frades chegaram mesmo a escrever uma sátira sobre o embaixador. (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 546) Como vimos, Coutinho tinha diversas ressalvas aos religiosos em Roma, em especial sobre sua fidelidade ao rei, tanto que enviou uma carta ao monarca, advertindo que estes religiosos precisavam saber que “também há rei para eles.” (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 292)

Restaria, por fim, um último conflito liderado por Coutinho, que ocorre entre ele e o cardeal Ursino. Coutinho teve diversos embates com o dito cardeal, quase todos pautados na falta de notícias e de comunicação entre ambos. A descompostura entre os dois é tamanha que Coutinho chama Ursino de “traidor” e, em diversos ofícios, solicita que o cardeal fosse removido do cargo de protetor, como recomenda a carta ao rei (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 314-315). Na verdade, em diversas situações, Ursino causaria desconfiança dos

¹⁴ Corpo Diplomático, v. 13, p. 336.

¹⁵ Os embates da Inquisição em Roma foram bem documentados e analisados por Yllan Mattos. Cf. MATTOS, Yllan de. *A Inquisição Contestada: críticos e críticas ao Santo Ofício Português (1605-1681)*. Rio de Janeiro: Mauad-X / FAPERJ, 2014.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

portugueses em Roma. D. Vicente Nogueira também advertia: “que o cardeal fosse nosso protetor, mas sendo romanesco, no que se entende toda a ruindade e vileza do mundo, não é tanto nosso desamparo que houvéssemos de vir a tal gente”. (SERAFIM; CARVALHO, 2011, p. 204)

Um outro motivo de conflito entre Coutinho e o cardeal foi a entrega de um conjunto de “papéis” que, segundo Coutinho, era “estilo” que estes ficassem em posse do embaixador, enquanto Ursino argumentava que eles deveriam ficar com ele. Ainda que não se possa ter certeza, até o momento, da natureza desses papéis, tudo indica que eram as “nominas dos bispos”, que Coutinho procurava manter para si, recomendando sempre a retirada do cardeal-protetor.

Porém, não deixa de admitir que a retirada do cardeal poderia ser “abrupta” e que poderia o Papa interpretá-la negativamente, recomendando ao rei buscar uma “via média” para essa questão. E exalta que o rei não deveria “querer ministros duplicados em Roma.” (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 316)

Apesar de sua insistência, Ursino não é removido. Bem verdade, quem estava em maus lençóis era o próprio Sousa Coutinho, uma vez que o cardeal Ursino contava com o amplo apoio do cardeal Secretário de Estado. (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 325) Dessa forma, a análise da vasta documentação produzida por Sousa Coutinho permite transpassar sua personalidade forte, pois, a todo momento, apresenta críticas aguçadas a cardeais, a enviados e a ministros. E, por fim, seria capaz de contrariar diversas ordens régias, inclusive aquela que determinava sua retirada de Roma. Sousa Coutinho era, de fato, um diplomata rebelde.

Deve ser somada a essa questão individual uma análise de conjuntura importante. Sousa Coutinho tinha grande proximidade com o então Duque de Bragança, antes da Restauração de 1640, sendo inclusive enviado para acertar o casamento do duque com D. Luísa de Gusmão (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 371), dama de uma das principais casas castelhanas. Assim, quando os duques de Bragança são aclamados reis de Portugal, Sousa Coutinho era o diplomata natural da nova dinastia reinante. E foi de fato assim que aconteceu, sendo enviado logo nos primeiros anos para a Suécia e, em seguida, para Haia, como vimos. Porém, conforme ocorria a morte do rei e o afastamento da rainha do governo, Francisco de Sousa Coutinho tinha sua posição gradativamente enfraquecida. É preciso ressaltar que, quando os irmãos reais nasceram, D. Afonso e D. Pedro, estava o embaixador fora do reino há anos. Assim, tanto no governo de D. Afonso, como na regência de D. Pedro, Sousa Coutinho era apenas um enviado distante e sem grandes ligações na corte lisboeta.

Tal apartamento não deixava de gerar protestos da parte do embaixador, que em carta ao rei se queixa de que, apesar dos 65 anos de idade e 34 de serviços, era tido como mentiroso (Corpo Diplomático, 1862, v. 13, p. 382). Reclama, ainda, de ter que mendigar de “porta em porta” por notícias, afinal, como vimos ao longo deste artigo, as cartas que chegavam em Roma precisavam passar por Paris. E era, na verdade, o embaixador na França que filtrava as correspondências que tinham por destino Roma.

Assim, toda a correspondência diplomática manifesta diversas questões de fundo, entre as mais recorrentes estão a confirmação dos bispados, as rendas necessárias para as embaixadas, a busca por apoio político e a escolha de um cardeal afeto à coroa portuguesa. Todos esses pontos consolidam uma conclusão clara: a correspondência epistolar portuguesa



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

demonstra não apenas o domínio da norma diplomática, mas a própria maestria no xadrez político europeu de fins dos seiscentos.

Conclusão

Acompanhar a jornada de Francisco de Sousa Coutinho, o primeiro diplomata de carreira português, à medida em que construiu seus serviços junto ao Rei por meio da representação diplomática, pelas embaixadas de Haia e Roma, pontos centrais nesse texto, significa, ao mesmo tempo, observar a formação da diplomacia brigantina e a luta pela Restauração de Portugal, por meio das disputas diplomáticas.

A questão com os Países Baixos que, na Europa, não fazia guerra com Portugal, mas no além-mar travava inúmeras batalhas pelos diferentes pontos do globo terrestre, onde o resultado foi, segundo Charles Boxer, uma derrota na Ásia, um empate na África e uma vitória na América para os portugueses (p. 142), somente foi resolvida em 1661 com o Tratado de Haia, que, ao cabo e ao fim, teve por base o acordo de Trégua de 1641. Roma somente reconheceria a monarquia portuguesa em 1669, e ainda levaria pouco mais de dois anos para nomear os novos bispos portugueses; a posição romana só mudaria após o Tratado de Lisboa de 1668 – assinado entre Portugal e Espanha – que reconhecia a independência de Portugal.

Nesse longo caminho entre 1640 e 1668, inúmeros fatos marcaram a diplomacia brigantina e a luta de Portugal pela Restauração. A construção do corpo diplomático e o estabelecimento de representações junto às principais monarquias europeias podem ser observados por diferentes ângulos no presente texto; buscamos pensar através da jornada de Sousa Coutinho, que serviu entre 1641 e 1658 como embaixador. Suas correspondências a diferentes autoridades e personagens de Portugal, sobretudo, nos revelam os meandros desse caminho e as suas tensões.

Haia e Roma se aproximam em nosso texto pelo contexto tenso das embaixadas de Sousa Coutinho e por permitirem que vislumbremos a fidelidade do personagem para com a monarquia portuguesa. Mesmo em momentos mais intensos, o embaixador não cedeu, lutando pelos interesses do rei, o qual tratava em suas cartas com grande intimidade.

Por fim, acreditamos que não é válido limitar a compreensão da jornada de Sousa Coutinho pela ideia de sucesso ou fracasso. É preciso olhar o todo e o contexto das ações do diplomata, para além da construção de seu perfil negociador pelas diferentes embaixadas, e reforçar o argumento central do texto, de que Coutinho era um dos primeiros modelos de embaixador de formação, e não apenas mais um embaixador de “ocasião”, como muitos dos outros embaixadores brigantinos.

CORPUS DOCUMENTAL

Cartas de Francisco de Sousa Coutinho escritas de Roma à Rainha Viúva do rei D. João e ao Rei D. Afonso VI. Livros do Conde de Póvoa, volume 3. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/CPOV/L03.

Corpo diplomático português, contendo os actos e relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o século XVI até os nossos dias. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 1862. Vol. 12 e 13.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Manuscritos de Livraria. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, cota: PT/TT/MSLIV/0171.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gustavo Kelly. *Herói em processo: escrita e diplomacia sobre D. Duarte de Bragança*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BARRIO, Maximiliano; PAREDES, Javier; RAMOS-LISSÓN, Domingos; SUÁREZ, Luis. *Diccionario de los papas y concilios*. 3. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2005.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Papeles, batallas y público barroco: la guerra y la Restauração Portuguesa en la publicística española de 1640-1668*. Disponível em: www.frenteira-alorna.pt/Textos/papelesbatallas. Acesso em: 15 de março de 2011.

CARDIM, Pedro. Os “rebeldes de Portugal” no Congresso de Münster (1644-1648). *Penélope*, n. 19-20, 1998.

CARDIM, Pedro. “Nem tudo se pode escrever”. Correspondência diplomática e informação política en Portugal durante el siglo XVII. *Cuadernos de Historia Moderna*, v. IV, p. 95-128, 2005.

CASTRO, Fernanda Cardoso de. Francisco de Sousa Coutinho: o diplomata e a embaixada em Haia (1643-1650). *Fenix: Revista de História e Estudos Culturais*, v. 19, ano XIX, n. 2, jul./dez. 2022.

MACHADO, Diogo Barbosa. *Biblioteca lusitana*. Lisboa: [s.n.], 1933. Coleção Barbosa Machado.

COSTA, Luciano Cesar da. Espelhos de Embaixador: um comparativo ibérico, Vera y Figueroa e Silva e Sousa. *Revista de História*, São Paulo, n. 184, p. 1-29, 2025. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2025.229398.

CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança: 1560-1640*. Práticas senhoriais e redes clientelares. Lisboa: Editorial Estampa, 2000.

MATTOS, Yllan de. *A Inquisição Contestada: críticos e críticas ao Santo Ofício Português (1605-1681)*. Rio de Janeiro: Mauad-X / FAPERJ, 2014.

MELO, Evaldo Cabral. *O negócio do Brasil: os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

MELO, Francisco Manuel de. *Tácito Português: vida, morte, dittos e feitos de El Rey Dom João IV de Portugal*. Prefácio e leitura de Raul do Rêgo. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1995.

MONTEIRO, Nuno G. F.; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (org.). *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais, 2005. PAIVA, José Pedro. *Os bispos de Portugal (1495-1777)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

PRESTAGE, Edgar; AZEVEDO, Pedro. *Correspondência diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante sua embaixada em Holanda*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1920.

PRESTAGE, Edgar. *As relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda de 1640 a 1668*. Trad. Amadeu Ferraz de Carvalho. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

RAU, Virgínia. *Estudos sobre a história do sal português*. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

ROMEIRO, Adriana. *Corrupção e poder no Brasil: uma história, séculos XVI a XVIII*. São Paulo: Autêntica Editora, 2017.

ROMEIRO, Adriana. *Ladrões da República: corrupção, moral e cobiça no Brasil, séculos XVI a XVIII*. São Paulo: Fino Traço, 2023.

SCHWARTZ, Stuart B. Copper Dreams and the 'Hope of the North': Sweden, Portugal and Spain during the Portuguese Rebellion (1640-1668). *Politika*, 2024. Disponível em: <https://www.politika.io/en/article/copper-dreams-and-the-hope-of-the-north-sweden-portugal-and-spain-during-the-portuguese-0>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SERAFIM, João Carlos Gonçalves; CARVALHO, José Adriano de Freitas. *Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o Marquês de Niza (1615-1654)*. [s.l.: s.n.], 2011.

VALADARES, Rafael. *Independência de Portugal: guerra e restauração, 1640-1680*. Trad. Pedro Cardim. Lisboa: A Esfera do Livro, 2006.

Notas de autoria

Luciano Cesar da Costa é graduado, mestre e doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente realiza estágio pós-doutoral na Universidade de São Paulo (USP). Possui experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea. Estuda diversos temas, como hierarquias, embaixadas, relações internacionais e ensino de História. Atua como professor na rede pública e privada de ensino desde 2011, em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro. É membro fundador do grupo Sigillum Estudos sobre Diplomacia, além de integrante da Rede Brasileira de Estudos em História Moderna: H_Moderna. E-mail: lucianocesar_3@hotmail.com

Thiago Groh é formado em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com especialização pela mesma. Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor adjunto na Universidade Federal do Norte do Tocantis (UFNT) no colegiado de História e no programa de Pós-graduação Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Membro do grupo de pesquisa Sigillum Estudos sobre Diplomacia, além de integrante da Rede Brasileira de Estudos em História Moderna: H_Moderna. E-mail: thgroh@terra.com.br

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

COSTA, Luciano Cesar da. GROH, Thiago. Francisco de Sousa Coutinho: as missões diplomáticas aos Países Baixos (1643-1650) e a Roma (1655-1658). *Sæculum – Revista de História*, v. 31, p. 1-18, 2026.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 14/11/2025

Aceito em 30/03/2026



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](#)